



Colheita de soja em município de Goiás; pesquisador afirma que hipótese de que gestor com raízes no campo teria atuação ambiental maléfica não se confirma

Sergio Lima - 22 Jan 24/Folha/Agf

Cidades com prefeitos do agro não desmatam mais que outras, diz estudo

Trabalho também aponta que municípios viram surgimento mais expressivo de novos negócios

AGROFOLHA

Douglas Gavras

SÃO PAULO Municípios da Amazônia Legal com prefeitos que vieram do agronegócio não desmataram mais do que cidades administradas por líderes que não tinham ligação com o setor, de acordo com estudo feito por pesquisadores da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e da Wharton School, nos Estados Unidos.

Os pesquisadores concluíram que gestores do agro seguiram a tendência nacional de redução do desmatamento no período analisado. Além disso, os municípios administrados por eles viram um surgimento mais expressivo de novos negócios.

A hipótese inicial era que um político com raízes no campo poderia estar gerando uma ação ambiental maléfica, mas os resultados apontam o contrário. Houve desmatamento, mas ele não foi maior do que no município em que o candidato do agro perdeu", diz Gustavo Cordeiro, um dos autores.

O trabalho é assinado por Cordeiro, Paulo Arvate e Iana Story, da FGV, e Leandro Pontgippe, da Wharton School. O material considera os mandatos iniciados após três eleições municipais: 2004, 2008 e 2012.

Segundo o estudo, o desmatamento médio nos municípios em que prefeitos do agro foram eleitos foi de 22,1 mil hectares por ano, contra 20,5 mil hectares por ano nos municípios em que prefeitos vindos de outros setores foram eleitos.

Por causa do desvio padrão calculado para a amostra, não se pode inferir que esses valores sejam estatisticamente distintos —na prática, líderes do agro e de fora dele apresentaram desmatamentos similares após as eleições, segundo os pesquisadores.

Para chegar a esses resultados, foram compilados dados do programa Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), da Rais (Relatório Anual de Informações Sociais) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O levantamento incluiu os mais de 700 municípios da Amazônia Legal. No estudo, eles compararam cidades semelhantes.

Usando um método econômico chamado de "regressão descontinuada", inicialmente, eles consideraram 2.382

exemplos de eleições municipais apertadas. A amostra foi, então, reduzida para cerca de 422 casos em que o candidato do agro venceu a disputa ou foi o segundo colocado. Segundo Arvate, o objetivo era demonstrar o peso que a origem do prefeito poderia ter em seu desempenho —na comparação, outras questões, como gênero do eleito, emprego e desemprego ou taxa de vacinação eram estatisticamente idênticas entre os municípios.

Eles também testaram essa mesma comparação com outros oito profissões, como médico ou advogado, e não notaram uma diferença nos resultados.

Para classificar um político como originário do setor, eles usaram as respostas das pesquisas candidatas ao TSE, considerando se os desmataram pecuárias ou propriedades do agronegócio.

Para chegar ao vínculo dos políticos que são do agro com o setor, os pesquisadores verificaram se eles eram proprietários de um número significativo de cabeças de gado ou de propriedades rurais, por exemplo.

Os dados eleitorais não permitem, no entanto, separar os eleitos que não têm origem declarada no agro, mas são apoiados pelo setor.

O trabalho teve início em 2019 e não considera os dados dos municípios após o início do governo de Jair Bolsonaro (PL), que ficou marcado pelo esvaziamento das políticas de preservação ambiental e por falas do próprio presidente questionando o desmatamento.

"O período que estamos avaliando foi de redução do desmatamento no país. Com o governo Bolsonaro, pode-se dizer que começou a subir. Pelo que observamos, a chave foi o monitoramento. Nessas condições, o prefeito do agro não vai desmatar mais do que o de outra liderança local", diz Arvate.

Após conquistar seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocou a questão da preservação ambiental novamente no radar, inclusive recombinando para a pasta do Meio Ambiente a ministra Marina Silva (Rede).

No atual governo, depois de quatro anos consecutivos de taxas elevadas, o desmatamento anual na Amazônia ficou abaixo de 1 mil quilômetros quadrados. De agosto de 2022 a julho de 2023, foram

Desempenho em municípios da Amazônia Legal, por origem do prefeito

Por ocupação dos prefeitos eleitos

■ Origem no agronegócio
■ Outras origens

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Mandato de 2005 a 2008

Mandato de 2013 a 2016

Fonte: Pesquisadores da FGV e da Wharton, a partir de dados de Prodes-mpe, Rais e TSE

perdidos 9.021 quilômetros quadrados de floresta, uma redução de 22,3% na comparação com o período anterior. Os autores do estudo ressaltam que os registros do Prodes, que serviram de base para o estudo, vêm de imagens de satélites e mostram a variação de um ano para o outro, sem diferenciar o que é desmatamento ilegal.

Em momento algum falamos que não existe desmatamento. Em 2024, houve um pico, que passou a cair nacionalmente. Não apontamos que as medidas institucionais fortaleceram o comportamento local, e a postura dessa liderança local não foi diferente", afirma Cordeiro.

Os pesquisadores reforçam que os líderes que atuam em regiões ecologicamente sensíveis podem e devem utilizar ferramentas de gestão, como políticas locais de investimentos, para conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Nesse ponto, o estudo ressalta que os prefeitos com origem no agronegócio se destacaram na performance econômica, com a criação de novas empresas nos municípios. Os resultados sugerem a utilização de aportes diretos em incentivos agrícolas e investimentos em habitação e urbanismo, para promover maior desenvolvimento econômico.

Em exemplos que eles analisaram no período, isso se deu por diferentes medidas —da construção de mercados públicos para a venda de produtos locais à compra de sementes para distribuição entre os produtores; da obtenção de tratores para uso coletivo à aquisição de caminhões e barcos que ajudaram no escoamento da produção.

Entre as empresas que foram abertas nos municípios, o destaque é para a criação de CNPJs ligados ao setor de serviços. Cidades com prefeitos do agro tiveram criação de dez empresas a mais por ano do que municípios governados por líderes de outros setores.

O efeito é intensificado em localidades que vivem da soja, onde a diferença entre a média de empresas criadas por líderes que vieram do agro e aquelas de outras áreas é de 40 empresas a mais por ano, sendo 92% do setor de serviços.

Os pesquisadores consideram a abertura de empresas de diferentes tamanhos. Como os municípios analisados têm, em média, 20 mil habitantes, a maior parte delas é de pequeno porte.

Aconteceu uma dinamização naqueles municípios, medidas aparentemente simples, como criar vias de acesso a um determinado local, geraram uma demanda. Essas empresas acabaram crescendo e formalizando, contrataram funcionários e ajudaram a dinamizar a economia local", conclui Cordeiro.

Lula mais sobre agro na pág. A26